Acções

3 — O capital social da Sociedade é 100 libras divididas em 100 acções no valor de 1 libra cada.

4 — Com respeito ao disposto nos presentes estatutos as acções correspondentes ao capital social constitutivo e quaisquer novas acções que venham a ser criadas estarão à disposição dos administradores e estes poderão (com respeito ao previsto nos estatutos) consignar, criar opções, ou aliená-las a qualquer pessoa, a qualquer tempo e nos termos que considerem apropriadas.

Direito de retenção

5 — O direito de retenção atribuído pela Disposição 11 da Parte I da Tabela A poderá estender-se a acções integralmente pagas e de acordo com aquele regulamento poderá ser elaborado como se as palavras (não sendo uma acção totalmente subscrita) e as palavras (outras para além das acções totalmente subscritas) fossem omitidas nessas circunstâncias.

Informações

6 — Os administradores poderão, com respeito por quaisquer condições de rateio, de tempos em tempos solicitar informações aos sócios respeitantes aos montantes ainda não realizados relativamente às acções subscritas (quer por conta do valor nominal das acções ou pelo ágio) desde que (excepto quando previsto diversamente nas condições de rateio) nenhuma das solicitações sobre qualquer das acções exceda um quarto do valor nominal da acção, ou seja pagável a menos de 14 dias da data designada para o pagamento antecedente, e cada sócio (com um pré-aviso de pelo menos 14 dias, especificando a hora ou horas e local de pagamento) pagará à Sociedade na hora ou horas e local designado o montante solicitado sobre as suas acções.

Resoluções

7 — As resoluções por escrito assinada por todos os sócios que ao tempo da assinatura pudessem votar numa assembleia geral, será para todos os efeitos tão eficaz, como uma deliberação tomada numa assembleia geral da Sociedade regularmente convocada e constituída, e poderá consistir em vários documentos sob a forma de uma deliberação em assembleia geral, assinada por um ou mais sócios.

Administradores

8 — Os primeiros administradores serão designados nos estatutos, pelos sócios fundadores. O número de administradores nunca será inferior a dois, a não ser que o contrário seja posteriormente deliberado pela Sociedade.

9 — Qualquer um dos administradores poderá a todo o tempo, designar outra pessoa, desde que aceite pelos restantes administradores, para ser um administrador suplente, que poderá ser afastado do cargo a todo o tempo, pelo administrador que o nomeou, e que poderá nomear outro administrador suplente, desde que sujeito à aprovação nos termos supracitados. O administrador suplente (que fica obrigado a dar à Sociedade uma morada dentro do Reino Unido para a qual possam ser enviadas as cartas convocatórias) tem direito a receber notificação de todas as reuniões da administração, de estar presente nessas reuniões e de votar nas deliberações na qualidade de administrador, sempre que o administrador que o nomeou não possa estar presente. O administrador suplente deixará de ser *ipso facto* assim que o administrador que o nomeou deixar de ter esse cargo. Todas as nomeações e destituições de administradores suplentes serão efectuadas por escrito pela mão do administrador que nomeou ou revogou tal nomeação, e que será enviada ou depositada na sede social. O administrador suplente é funcionário da Sociedade e será o único responsável perante a Sociedade pelos seus actos e faltas e não poderá ser considerado um agente do administrador que o nomeou. A remuneração de qualquer administrador suplente será feita pela remuneração (se houver) do administrador que o nomeou, tendo por base a última remuneração mencionada, conforme for acordado entre o administrador suplente e o administrador que o nomeia.

10 — O administrador e o administrador suplente não necessitam de ter acções da Sociedade, todavia têm direito a participar e falar em qualquer assembleia geral da Sociedade, e em qualquer reunião de sócios portadores de qualquer tipo de acções.

11 — A provisão ao Regulamento 79 na Parte I da Tabela A não se aplica à sociedade.

12 — O quórum necessário para os assuntos da competência dos administradores, será de dois administradores, até que outra coisa seja decidida pelos administradores. Uma resolução por escrito assinada por todos os administradores (com excepção daquele que se encontre temporariamente fora do Reino Unido, e que não esteja representado

por um administrador suplente) será tão válido e eficaz como se tivesse sido deliberado em assembleia do conselho de administração devidamente convocada e constituída, e poderá consistir em vários documentos com essa forma, cada qual assinado por um ou mais administradores, mas de maneira que a expressão «administrador» usada nesta cláusula não inclua um administrador suplente, com excepção daquele que esteja em representação de um administrador que se encontre fora do Reino Unido.

13 — Desde que um administrador declare o seu interesse próprio nos termos requeridos pelo Acto Societário de 1948, ele pode votar na qualidade de administrador, relativamente a contratos ou acordos no qual ele tenha interesse, ou sobre qualquer assunto que daí resulte, e se ele votar, o seu voto será contado, e ele será considerado para o quórum quando esse contrato ou acordo esteja a ser considerado e os parágrafos 2 e 4 do Regulamento 84 na Parte I da Tabela A não se aplicam à Sociedade.

14 — Os administradores têm poderes para designar a todo o tempo, e de tempos a tempos, qualquer pessoa para ser administrador, tanto para preencher uma vaga ocasional ou com administrador adicional.

15 — A Sociedade poderá de a todo o tempo e de tempos a tempos, designar por deliberação qualquer pessoa para ser administrador, tanto para preencher uma vaga ocasional ou com administrador adicional, e pode, sem prejuízo das disposições do Acto Societário, a todo o tempo destituir um administrador do cargo, desde que tal destituição seja sem prejuízo de qualquer reivindicação do administrador possa ter por incumprimento contratual entre ele e a sociedade.

16 — O Regulamento 88 na Parte I da Tabela A é aplicável como se as seguintes palavras fossem adicionadas no fim do parágrafo (f) nomeadamente «foi deliberado que por motivo de tal ausência, (ele) afastou-se do cargo».

Nomes, moradas e descrições dos subscritores

Michael John Booth, 62, London Wall, London, E. C. 2. Solicitor's Articled Clerk.

Lawrence Anthony Collins, 62, London Wall, London, E. C. 2. Solicitor's Articled Clerk.

Datado de 17 de Março de 1967.

Testemunha das assinaturas supra apostas: Charles Francis Sands, 62, London Wall, London, E. C. 2. Solicitor.

Está conforme o original.

4 de Novembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.

2010774833

MOREIRA & GONÇALVES — COMÉRCIO E SERVIÇOS, L.^{DA}**Anúncio n.º 7899-GX/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 2312/20051108; identificação de pessoa colectiva n.º 507479238; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/20051108.

Certifico que entre Carlos António Moreira Pereira, casado em comumhão de adquiridos com Eva Cristina Gonçalves Soares Pereira, e esta, Eva Cristina Gonçalves Soares Pereira, foi constituída a sociedade em epígrafe e que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Moreira & Gonçalves — Comércio e Serviços, L.^{da}

2.º

1 — A sociedade tem a sua sede no lugar de Babelo, da freguesia de Banho e Carvalhosa, do concelho de Marco de Canaveses.

2 — Por deliberação da gerência a sede poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3.º

A sociedade tem por objecto a distribuição de café em grão, assistência técnica a máquinas de café e venda de equipamento hoteleiro. E prestação de serviços na actividade de salões de cabeleireiro

4.º

O capital social, integralmente subscrito em dinheiro, é de 25 000 euros, dividido em duas quotas uma do valor nominal de 18 750 euros, pertencente ao sócio Carlos António Moreira Pereira, e outra do valor nominal de 6250 euros pertencente à sócia Eva Cristina Gonçalves Soares Pereira.

5.º

A sociedade poderá adquirir livremente participações noutras sociedades, mesmo que estas tenham objecto diverso do seu, e integrar agrupamentos complementares de empresas, constituir associações em participação e consórcios.

6.º

Poderão ser feitos suprimentos à sociedade nas condições a acordar em assembleia geral.

7.º

A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares de capital até ao décuplo da capital social.

8.º

1 — A administração e representação da sociedade ficam a cargo dos gerentes que forem eleitos em assembleia geral.

2 — A gerência será ou não remunerada, conforme for deliberado em assembleia geral.

3 — São desde já designados gerentes ambos os sócios.

4 — A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

9.º

1 — A transmissão de quotas ou de parte de quotas a não sócios, depende do consentimento prévio da sociedade, gozando então os sócios não cedentes, nas cessões onerosas do direito de preferência.

2 — O sócio que pretenda ceder a sua quota, ou parte dela, a terceiros, dará conhecimento à sociedade e aos demais sócios, por escrito dos termos da pretendida cessão, identificando o cessionário, o preço e as condições de pagamento da mesma, a fim de obter o consentimento da sociedade para aquela cessão e de proporcionar o exercício do direito estatuído no número anterior.

3 — Autorizada a cessão pela assembleia geral da sociedade os demais sócios têm, sob pena de caducidade, o prazo de 15 dias para exercer o seu direito de preferência.

10.º

1 — A sociedade pode amortizar qualquer quota nos casos seguintes:

- a) Com o consentimento do seu titular;
- b) Se o respectivo titular a ceder em infracção ao disposto no artigo 9.º;
- c) Quando a quota for arrestada, arrolada, penhorada ou em geral apreendida judicial ou administrativamente;
- d) Se o seu titular, durante dois anos consecutivos não comparecer ou não se fizer representar em nenhuma assembleia geral.

2 — A contrapartida da amortização no caso previsto na alínea b) do n.º 1, será igual ao valor nominal da quota amortizada.

3 — A quota amortizada figurará no balanço como tal e, posteriormente, por deliberação dos sócios poderão, em substituição, ser criadas uma ou várias quotas destinadas a ser alienadas a um ou alguns dos sócios ou a terceiros.

Está conforme.

15 de Novembro de 2005. — A Conservadora, *Carolina Maria Florêncio Aires*.

2010706544

MORVILA — COMÉRCIO DE QUÍMICOS E PELES, L.ª

Anúncio n.º 7899-GZ/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 756/19980106; identificação de pessoa colectiva n.º 504057758; data de depósito: 20050621.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

18 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2010756002

MOTAS AUTO — PRONTO SOCORRO, L.ª

Anúncio n.º 7899-HA/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 504225430; data: 28072005; pasta n.º 1288/980812.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

10 de Fevereiro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2007791420

MOTOR PLUS VALE DO SOUSA — COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, L.ª

Anúncio n.º 7899-HB/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 505160013; data: 31082005; pasta n.º 1572/001205.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

10 de Fevereiro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2007791412

MOURA & NETO, L.ª

Anúncio n.º 7899-HC/2007

Sede: Lugar de Boavista, Sousela, Lousada

Conservatória do Registo Comercial de Lousada. Matrícula n.º 38/750321; identificação de pessoa colectiva n.º 500198373; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e datas das apresentações: 1/051207 e 2/051209.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, Simão Pedro Alves Neto, solteiro, maior, foi nomeado gerente em 29 de Novembro de 2005, e cessou funções de gerente o sócio Simão Ferreira Neto, por renúncia.

Foi depositado o instrumento da nomeação e da cessação de funções de gerente, na pasta respectiva.

Está conforme o original.

12 de Dezembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Ana Maria Miranda Nunes*

2008229025

MOUTINHO & CRUZ, L.ª

Anúncio n.º 7899-HD/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula n.º 2199/040518; identificação de pessoa colectiva n.º 505009943; data: 30062005.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

4 de Setembro de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2009731042